



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

PROJETO DE LEI Nº 081/2022, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal de Fundão, Exmo. Sr. Gilmar de Souza Borges, que “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE FUNDÃO – ES, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2023 (RU).”

I – RELATÓRIO

A proposição foi protocolada no dia 25 de novembro de 2022, lida na 36ª Sessão Ordinária realizada em 01/12/2022, onde a Mesa Diretora na pessoa do Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. MARSEANDRO AGOSTINI LIMA, acompanhou o parecer jurídico da Procuradora Legislativa, Dra. Luciana de Oliveira Sacramento, quanto a iniciativa legislativa.

O Presidente encaminhou os autos do Projeto de Lei para análise e parecer à nobre Comissão de Justiça e Redação, à Comissão de Finanças e Orçamento, à Comissão de Obras e Serviços Públicos, à Comissão de Educação, Saúde e Assistência, à Comissão de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia & Petróleo, à Comissão de Agricultura, Turismo, Indústria & Comércio, à Comissão de Segurança Pública e por fim, à Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

A comissão de Justiça e Redação apresentou parecer pela aprovação.

O projeto de lei foi recebido perante esta Comissão de Finanças e Orçamentos, tendo o Presidente designado o Vereador Vilcimar Correa para a relatoria da matéria, o qual apresentou parecer.

Este é o Relatório.





COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

II – PARECER DO RELATOR

O Projeto de Lei é uma iniciativa do Poder Executivo Municipal, que tem por objetivo estimar a receita e fixar as despesas do Município de Fundão/ES, para o exercício financeiro do ano de 2023.

O Poder Executivo Municipal justifica a proposição com a mensagem nº 067/2022, vejamos:

“Temos a honra de submeter à apreciação dessa Casa de Leis, o Projeto de Lei Orçamentária do Município de Fundão para o exercício de 2023, em cumprimento ao disposto no art. 165 § 5º da Constituição Federal.

O Projeto de Lei apresenta compatibilidade com as diretrizes e metas do Plano Plurianual para o quadriênio de 2022–2025, contendo os demonstrativos e anexos estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), pelas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, com as codificações estabelecidas pela Portaria Interministerial nº 163, de 04/05/2001 e alterações, Portaria nº 42, de 14/04/1999 e alterações, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e as Contidas nas Instruções Técnicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

À seguir passaremos a apresentar a estimativa de Receita e a Despesa Fixada para o exercício de 2023.

RECEITA

Diante do cenário econômico, das mudanças na legislação municipal e das perspectivas de crescimento dentro do lapso temporal compreendido entre as datas da estimativa inicial e de conclusão dos trabalhos relacionados a elaboração do Orçamento, e considerando a tendência do exercício em curso, foram efetuados ajustes na projeção da receita que no conjunto resultou em uma expectativa de arrecadação total no valor de R\$ 118.980.000,00 (cento e dezoito milhões e novecentos e oitenta mil reais) conforme quadro a seguir:

RECEITA POR CATEGORIA E ORIGEM

RECEITAS CORRENTES	R\$ 102.665.019,9
Impostos e Taxas de Contribuição de Melhoria	R\$ 12.621.032,95
Contribuições	R\$ 5.069.748,61
Receita Patrimonial	R\$ 2.799.265,19
Transferências Correntes	R\$ 81.975.576,87
Receitas de Serviços	R\$ 0,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 199.396,29





COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

Dedução para FUNDEB – Receitas Correntes	R\$ 7.786.036,37
Dedução para FUNDEB – Transferências Correntes	R\$ 7.786.036,37
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 16.566.443,36
Alienação de Bens	R\$ 88.000,00
Transferências de Capital	R\$ 16.478.443,36
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00
INTRA-ORÇAMENTÁRIA – RECEITAS CORRENTES	R\$ 7.534.573,10
Corrente Intra-orçamentária – Contribuições	R\$ 5.703.374,10
Corrente Intra-orçamentária – Receita Patrimonial	R\$ 0,00
Corrente Intra-orçamentária – Outras Receitas	R\$ 1.831.199,00
TOTAL DA RECEITA	R\$ 118.980.000,00

Na projeção da receita Orçamentária, a partir da qual definimos a elaboração do Orçamento, foram utilizados índices diferenciados, maiores ou menores, conforme as peculiaridades de cada receita estudada em cumprimento às exigências da legislação vigente.

DESPESA

A despesa compreende um conjunto de gastos realizados pelos Entes públicos para financiar os serviços a serem oferecidos a Sociedade e ou para concretização de Investimentos.

A somatória dos dispêndios projetados pelo Município de Fundão/ES, para o exercício de 2023 é de R\$ 118.980.000,00 (cento e dezoito milhões e novecentos e oitenta mil reais). Esse montante está dividido entre os Poderes Legislativo e Executivo, cabendo a Câmara Municipal 3,25% correspondente a R\$ 3.871.300,00 (três milhões e oitocentos e setenta e um mil e trezentos reais), já ao Poder Executivo coube 96,75% correspondendo a R\$ 115.108.700,00 (cento e quinze milhões e cento e oito mil e setecentos reais), sendo 89,29% correspondendo a R\$ 106.241.325,90 (cento e seis milhões e duzentos e quarenta e um mil e trezentos e vinte e cinco reais e noventa centavos) para a Administração Direta (Prefeitura) e 7,45%, correspondendo a R\$ 8.867.374,10 (oito milhões e oitocentos e sessenta e sete mil e trezentos e setenta e quatro reais e dez centavos) para a Administração Indireta (Autarquia-IPRESF).

Além destas três divisões, as despesas públicas são fracionadas em conformidade com a sua natureza, detalhado em macros grupos.

Para a LOA 2023 o detalhamento da despesa quanto à categoria econômica e natureza ficou sumarizado da seguinte forma:

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA E NATUREZA DA DESPESA





COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

DESPESAS CORRENTES	R\$ 98.025.002,55
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 47.038.916,74
Juros e Encargos	R\$ 207.000,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 50.779.085,81
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 20.453.898,89
Investimentos	R\$ 20.173.898,89
Amortização da Dívida	R\$ 280.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 501.098,56
TOTAL DA DESPESA	R\$ 118.980.000,00

Oportuno destacar que a propositura se apresenta compatível com o Plano Plurianual para o se encontra 2022–2025 e que a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023, que em tramitação nesta Casa de Leis, será devidamente atualizada em conformidade com a legislação pertinente.

Desta forma, fica evidenciada a relevância da matéria e a importância da aprovação do Projeto equilíbrio de Lei, com seus anexos, no qual se almeja, em harmonia com os representantes do Povo, o equilíbrio fiscal sem precarização de serviços, em especial aqueles que atendam aos mais desfavorecidos.

Assim, solicitamos a adoção dos procedimentos necessários a apreciação e votação, em **REGIME DE URGÊNCIA**, na forma do art. 39, 8º, da Lei Orgânica do Município de Fundão/ES, tendo em vista o relevante interesse público que permeia a matéria. Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos votos de alta estima e consideração a Vossa Excelência a aos demais pares dessa Casa de Leis.”

Sob o aspecto da área de competência desta Comissão, a que se refere o artigo 111 da Lei Orgânica Municipal e artigo 45 do Regimento Interno não encontramos qualquer impedimento a sua regular tramitação, senão vejamos:

“Art. 45. Compete à Comissão de Finanças e Orçamento emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro, e especialmente sobre:

I – a proposta orçamentária, opinando sobre as emendas apresentadas;

II – a apresentação de contas do Município;

III – as proposições referentes à matéria tributária, abertura de créditos e empréstimos públicos, e às que, direta ou indiretamente, alterem a receita ou a despesa do Município, acarretem responsabilidade ao erário municipal ou interessem ao crédito público;





COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

IV – os balancetes e balanços da Prefeitura;

V – as proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo, subsídio e representação do Prefeito, subsídio dos Vereadores, quando for o caso, e a representação do Vice-prefeito.

§ 1º Compete ainda à Comissão de Finanças e Orçamento apresentar, no segundo trimestre do último ano de cada legislatura, e sempre antes das eleições, projeto de decreto legislativo fixando a remuneração do prefeito e a representação do vice-prefeito, e projeto de resolução fixando o subsídio dos Vereadores, quando for o caso.

§ 2º É obrigatório o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento sobre as matéria citadas nos incisos deste artigo, não podendo ser submetidas a discussão e votação do Plenário sem o parecer da Comissão, ressalvado o disposto no art. 64, § 8º.”

No que se refere às despesas, da adequação orçamentária financeira anual e da compatibilidade com as despesas e receitas previstas no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentária a propositura se encontra de acordo o que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente no que diz respeito ao seu artigo 16, abaixo transcrito:

“Art. 16. – A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º – Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I – adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II – compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º – A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º – Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias

§ 4º – As normas do caput constituem condição prévia para:

I – empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II – desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição. ”





COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

Em análise meritória, verifica-se que a pretensão do Executivo é estimar a receita e estabelecer os gastos para o exercício de 2023, ou seja estabelecer a Lei Orçamentária anual, com o que concorda este relator.

É importante registrar também que, a presente proposição tem por finalidade dar cumprimento às disposições trazidas na Constituição Federal, artigo 165, bem como na Legislação Municipal.

Posto isto, este Relator é pela Aprovação do Projeto de Lei nº 081/2022, e sugere aos seus doutos Membros à adoção do seguinte parecer:





COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

PARECER Nº 054/2022

A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 081/2022, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, Exmo. Sr. GILMAR DE SOUZA BORGES, que “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE FUNDÃO – ES, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2023 (RU).”

Palácio Legislativo Henrique Broseghini, 13 de dezembro de 2022.

PRESIDENTE

FÉLIX TESCH FRANCISCO

SECRETÁRIO

ANTÔNIO MARCOS GUILHERMINO

MEMBRO e RELATOR

VILCIMAR CORREA

